

Guerra Fiscal: Causas e Consequências uma análise empírica de curto e longo prazo nas receitas do Estado do Paraná.

Autoria: Sidnei Pereira do Nascimento, Marcia Regina Godoy

RESUMO

A partir da Constituição de 1988, delegou-se a estados e municípios maior poder decisório sobre suas receitas tributárias, e a maioria das unidades da federação passou a conceder isenções tributárias e a efetuar transferências para empresas, com a finalidade de atrair investimentos para o seu território. Este artigo analisa as origens e as formas de disputa fiscal, de natureza horizontal e vertical; avalia o impacto da disputa tributária nas receitas do ICMS no Estado do Paraná, onde o mesmo perde receitas no curto prazo, com uma possível recuperação no longo prazo, tendendo a recuperar as receitas não auferidas.

Palavras-chave: guerra fiscal; federalismo; desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

No início da década de 80, surgiu um movimento que buscava o fortalecimento dos estados e municípios. Com a promulgação da Constituição de 1988, houve transferência de fatia maior do bolo tributário e conseqüentemente maior autonomia para estas Unidades Federativas (UF) legislarem sobre suas fontes de receitas. A maior liberdade fiscal propiciou o acirramento da chamada guerra fiscal, estimulando a disputa entre estados e municípios que objetivavam a promoção do desenvolvimento regional e utilizaram a concessão de benefícios às empresas para a atração de novas plantas industriais ao seu território.

As justificativas de tal prática são a geração de renda e emprego, e o aumento do valor adicionado ao longo das cadeias produtivas, devido à maior transformação industrial. O ônus é a perda de receita presente, que pode não ser compensada futuramente com a maior atividade industrial e comercial, pois as empresas podem migrar após o período de carência, ou seja, antes de o Estado recuperar em sua totalidade os recursos aplicados.

O artigo subdivide-se em três partes. Na primeira, analisam-se as origens da guerra fiscal, as formas de disputa tributária que envolvem o federalismo fiscal e as formas de disputa fiscal de natureza horizontal e vertical. A análise contribui para a literatura ao levantar, descrever e exemplificar as diferentes relações existentes, e discute as ineficiências alocativas geradas. Na segunda parte, são analisados os impactos da guerra fiscal na receita de ICMS do Estado do Paraná. Na última parte, apresentam-se as notas conclusivas.

1 GUERRA FISCAL, AS ORIGENS E AS FORMAS DE DISPUTA TRIBUTÁRIA

1.1 Federalismo fiscal

Em um regime federativo, cada esfera administrativa (federal, estadual e municipal) possui relativa autonomia no que diz respeito à sua capacidade de legislar e administrar os assuntos de seu interesse, principalmente suas receitas tributárias.

No federalismo fiscal, o sistema tributário deve ser organizado de forma a distribuir a receita entre as várias unidades federadas, em proporções suficientes para atender às demandas por bens públicos reivindicados pelos contribuintes. A alocação dos recursos públicos costuma ser mais eficiente em um sistema federativo. Quanto ao bem-estar da população, um aumento no grau de descentralização tributária tende a incrementar a eficiência econômica na alocação dos recursos, em função de o contribuinte estar mais próximo do destino destes e, portanto, ter maior poder de fiscalização sobre eles. A eficiência na alocação dos recursos, na ótica do administrador público, pode ser alcançada devido à proximidade do contribuinte, tornando-se possível diagnosticar as verdadeiras demandas por serviços públicos e atender a população com maior destreza e eficiência. (LENGRUBER,1999)

A maior dificuldade encontrada no sistema federalista está exatamente em harmonizar os entes federados, a partir do momento em que cada unidade federada passa a ter certa independência política e financeira. Os tributos perdem, ou pelo menos se desvirtuam bastante de uma característica tributária básica, que é o princípio da equidade (ou de igual tratamento) na federação.

Quando os estados buscam maximizar o fluxo de investimento via isenções fiscais, fazem-no concedendo isenções tributárias a empresas interessadas em investir nesse Estado. Estas empresas, em sua grande maioria, normalmente localizadas em outras unidades federadas, optam por deslocar suas plantas para o Estado concesso de maiores benefícios. Uma vez instituída a disputa entre os entes federados, instala-se uma estrutura desarmônica, alterando o sistema de federalismo cooperativo para o sistema de federalismo competitivo. Neste sistema, cada membro federado tenta obter vantagens comparativas em relação aos demais (OLIVEIRA,1999).

1.2 Formas de Disputas Tributárias

1.2.1 Competição Tributária Vertical

A competição tributária vertical (CTV) é aquela que se desenvolve entre diferentes níveis governamentais dentro de um sistema federativo. No caso brasileiro, esta prática tem se desenvolvido muito nos últimos anos. Com a Constituição de 1988, O governo federal que repassava aos estados municípios via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em torno de 5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda (IR), se obriga a repassar 21,5% para o FPE e 22,5% para FPM, sem com isto serem repassados a estados e municípios na mesma proporção os devidos encargos. A União passa a priorizar a arrecadação tributária para as Contribuições Sociais, que não

estavam sujeitas a repasses. Com isso, criou a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), e ampliou as alíquotas de COFINS e PIS/PASEP (PRADO E CAVALCANTI 2000,p.31)

Os instrumentos utilizados pelo governo federal para criar recursos não-transferíveis geram elevado ônus para o setor produtivo, pois as contribuições incidem em cascata sobre a produção. Portanto, a forma de competição tributária vertical nada mais é do que uma disputa pelos tributos entre as unidades federadas e o poder central.

1.2.2 Competição Tributária Horizontal

A Competição Tributária Horizontal (CTH) é a que se desenvolve entre governos de mesmo nível hierárquico. No caso brasileiro, tal fato se dá entre estados, via isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e entre municípios, via isenções do ISS (Imposto sobre Serviços), e do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), entre outras taxas municipais. Estas isenções, no caso de estados e municípios, normalmente têm como justificativa a geração do desenvolvimento via atração de empresas para sua esfera de domínio.

A maior descentralização das receitas e despesas governamentais entre as unidades federativas tem gerado divergência entre as mesmas, no que diz respeito às alíquotas e à forma de cobrança dos impostos estaduais e municipais. Esta cobrança gera uma concorrência entre as mesmas, que, em alguns casos, chegam a ser questionadas quanto à legalidade jurídica e moral de suas práticas – enquanto algumas buscam adquirir, no processo de produção, maior vantagens comparativas em relação às demais, outras buscam aumentar apenas sua base tributária.

Para exemplificar melhor este processo, separou-se a análise entre:

- a) Divergências a fim de atrair o desenvolvimento regional, ou Caso I,
- b) Divergências a fim de ampliar a base tributária, ou Caso II.

Caso I: Atração do Desenvolvimento Regional

Um exemplo desta forma de disputa seria aquele em que os municípios e estados concedem incentivos para a atração de indústrias para sua região. Normalmente, essas indústrias recebem dos municípios doação do terreno, terraplanagem e, em alguns casos, a construção ou o aluguel do barracão, devolução de parte do (ICMS) de competência do município, redução ou anistia do ISS e isenção de IPTU e outras taxas municipais, dos estados recebem postergação ou mesmo isenção do recolhimento do (ICMS) no período, variando entre 10 e 20 anos. Neste caso município e estado buscam para si o desenvolvimento regional.

Caso II: Atração do Tributo

Vamos utilizar o exemplo de uma empresa que presta serviços de vigilância e que está sediada em uma cidade de grande porte. O ISS sobre estes serviços normalmente é tributado com uma alíquota de 5% (taxa máxima para este serviço). Os clientes desta empresa estão sediados na cidade de grande porte, porém, uma cidade vizinha concede uma alíquota, suponhamos, de 0,5%. A empresa teria grandes incentivos para deslocar a sua sede para a cidade de menor porte, em função de uma redução de 4,5% em seus custos fiscais, e continuaria prestando o serviço na cidade de grande porte.

Como exemplo da má utilização da autonomia na legislação da alíquota tributária, ou de incentivos camuflados pelos estados, pode-se citar o caso definido por Dr. Clovis Panzarini como pirataria fiscal em Sapienza et al. (1998, p.41).

Nesse caso, o Estado do Espírito Santo, através do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), propicia ao importador que opera pelo Porto de Vitória um financiamento do ICMS equivalente a 70% do imposto devido sobre a venda do bem importado por 20 anos, com cinco anos de carência.

Em 1994, o Brasil importou cerca de 300 mil automóveis dos quais 90% entraram pelo Porto de Vitória e 45% foram consumidos pelo Estado de São Paulo. Na prática, criou-se um instrumento legal para arrecadar 30% do imposto devido na operação, pois prorrogar por 25 anos um débito sem corrigi-lo é praticamente abrir mão desta receita, ou, pelo menos, de boa parte dela, principalmente se houver elevados índices de inflação no período. Se estes estímulos tributários não tivessem sido adotados provavelmente os automóveis teriam sido desembarcados pelo Porto de Santos, e os tributos recolhidos na sua íntegra no Estado de São Paulo, ficando 25% desta receita tributária para o município de Santos.

1.3 Distorções na Eficiência Alocativa

Na disputa para atrair novos investimentos e alavancar o seu desenvolvimento, os estados estimulam as empresas interessadas em se expandir ou mesmo em se transferir de um Estado para outro, a efetuarem verdadeiros leilões entre os estados previamente escolhidos, e que poderiam sediar seus investimentos independentemente de renúncia fiscal. De acordo com pesquisa da CNI/Cepal, os incentivos fiscais possuem pesos menores na tomada de decisão de mudança. As empresas estão migrando principalmente do Estado de São Paulo, que possui sindicalismo forte, custos com mão-de-obra elevados e certo nível de saturação espacial. Isso evidencia que as empresas já se encontram estimuladas ao deslocamento e que o incentivo fiscal é apenas um *plus* na sua redução de custos. Caso empresas venham a deslocar suas plantas sem levar em consideração a perfeita eficiência na alocação dos recursos, ou seja, considerando o incentivo fiscal como o item de maior peso na tomada de decisão, teremos situações adversas conforme relata Tyler, citado por FERREIRA (2000, p.2), a partir das conclusões de estudos do Banco Mundial a respeito da política de incentivos fiscais do governo cearense para atrair empresas a seu Estado.

- 1) *Apenas grandes empresas recebem incentivos fiscais em função do elevado custo em buscar e obter o mesmo.*
- 2) *As plantas tendem a ter uma relação Capital/Trabalho elevada.*
- 3) *Os incentivos de ICMS tendem a discriminar empresas domésticas, uma vez que a idéia é atrair novas empresas para o Estado, estimulando com isto a migração destas para estados vizinhos.*
- 4) *O esquema parece canalizar investimentos em atividades lobistas em detrimento dos investimentos em modernização das plantas.*
- 5) *Distorções locacionais: a escolha da localização em função dos incentivos e não da eficiência na utilização dos fatores de produção disponíveis gera um custo econômico invisível pela perda de produtividade. Este custo será assimilado pelo contribuinte local, seja pelo aumento dos impostos ou pela redução na oferta de bens públicos.*
- 6) *Distorções dos gastos públicos: os dispêndios são concentrados em infra-estrutura em detrimento dos gastos sociais.*
- 7) *Distorções das vantagens comparativas: um exemplo seria o Estado do Piauí isentar uma fábrica de fibra ótica e aumentar o ICMS dos produtores de óleo de babaçu.*

2 ANÁLISE EMPÍRICA DA RENÚNCIA FISCAL NO ESTADO DO PARANÁ

2.1 Materiais

O modelo elaborado nesta análise tem como fonte de dados o Sistema Estadual de Informações, uma base de dados mantida pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Os dados mostram as tendências das variáveis a) a arrecadação tributária sujeita a isenções pelo governo estadual, e que tem como base a produção industrial (o ICMS por ser um tributo de responsabilidade estadual passa a ser o instrumento utilizado para as concessões) ; b) a arrecadação tributária não sujeita a isenções pelo governo estadual, e que tem como base a produção industrial (o IPI por ser um tributo federal não recebe qualquer influência pelos estados); c) e a que melhor representa o volume de produção no setor industrial (consumo de energia). Os dados foram divididos em dois períodos, até dezembro de 1993 (antes da guerra) e após dezembro de 1993 (pós guerra), a exceção se deu com o ICMS que foi analisado no segundo período de janeiro/94 a dezembro/2000 e desta data até dezembro/2002, tal subdivisão se deu para captar os efeitos de curto prazo (1994 a 2000), e de longo prazo (2001 e 2002). Os dados foram atualizados pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas, com base dezembro 2002 = 1,00.

2.1.1 Métodos

Neste trabalho, foi utilizado o modelo econométrico:

$$Y = \alpha Y_{t-1}^{\beta_0} \times e^{\beta_1 T + u}$$

O modelo fica da seguinte forma após a linearização:

$$\ln Y = \ln \alpha + \beta_0 \ln Y_{t-1} + \beta_1 T + u$$

Y = representa a variável dependente que será representada por IPI, ICMS (arrecadação no setor da indústria de transformação) e consumo de energia, com análises referentes a cada variável.

α = Constante da regressão

β = coeficiente angular (coeficiente de regressão)

T = Variável de Tendência (Tempo)

u = termo residual

Foi incorporada ao modelo a variável endógena defasada (Y_{t-1}), com a finalidade de captar a influência da arrecadação passada na arrecadação presente e eliminar o problema de autocorrelação residual.

2.1.2 Resultados e discussões

Percebe-se na tabela 1 que o consumo de energia pelo setor da indústria de transformação, no período anterior ao incremento da guerra fiscal no Estado do Paraná, sofreu tendência positiva de crescimento na ordem de 0,05% ao mês. Percebe-se, para o período posterior, uma tendência de crescimento no consumo de energia elétrica em média de 0,17% ao mês, portanto, maior que no período anterior.

TABELA 1 - RESULTADOS OBTIDOS PARA A EQUAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

	Período Janeiro/89 a Dezembro/93			Período Janeiro/94 a Novembro/98		
	Constante	T	Y_{t-1}	Constante	T	Y_{t-1}
Coefficiente	4,6827	0,0005	0,6292	6,1268	0,0017	0,5243
P-Value	0,0007*	0,4411	0,0000*	0,0001*	0,0074*	0,0000*
Desvio padrão	1,2878	0,0007	0,1023	1,4654	0,0006	0,0014
Observações	59			52		
R^2	0,4929			0,6794		
Estatística H	1,4422			0,8861		

FONTE: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

* Aceita ao nível de significância de 1%

Na tabela 2, os dados indicam que existiu uma tendência negativa de crescimento na arrecadação de ICMS no período anterior a 1994, da ordem de 0,05% ao mês. Já para o período posterior 1994/2000 a tabela mostra que existiu uma tendência de crescimento negativa na arrecadação de ICMS, em média de -0,56% ao mês. Percebe-se queda de arrecadação nos dois períodos, porém, no segundo, a queda foi

mais acentuada, o que evidencia a renúncia fiscal, no curto prazo, indicando queda da arrecadação mesmo com o crescimento da produção, conforme indicado no modelo de consumo de energia. Tal queda parece estar associada ao fato de que: as empresas entrantes não recolheram os tributos; grandes empresas locais conseguiram adesão ao Programa Paraná Mais Emprego, prorrogando com isto os seus recolhimentos; e, por fim, algumas empresas transferiram suas plantas para outros estados ou mesmo encerraram suas atividades, deixando de recolher os tributos.

TABELA 2 - RESULTADOS OBTIDOS PARA A EQUAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

	Período Janeiro/89 a Dezembro/93			Período Janeiro/94 a dezembro/2000		
	Constante	T	Y_{t-1}	Constante	T	Y_{t-1}
Coefficiente	11,0980	-0,0005	0,4194	15,751	-0,0056	0,1758
P-Value	0,0000*	0,7185	0,0014*	0,0000*	0,0001*	0,2218
Desvio padrão	2,3632	0,1239	0,0014	2,7161	0,0013	0,1420
Observações	59			83		
R^2	0,1902			0,5265		
Estatística H	-0,7229			-0,3245		

FONTE: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

- Aceita ao nível de significância de 1%

Na tabela 03 percebemos que houve uma inversão de tendência para o período de longo prazo ou seja janeiro/2001 a dezembro/2002 tais dados podem estar contemplando o crescimento da arrecadação dado que algumas empresas neste período iniciam seus recolhimentos do ICMS, porem não se pode ignorar que o governo do Paraná em 2002 efetuou um acréscimo no ICMS em média de 17% para 18% nas alíquotas dos produtos comercializados internamente.

TABELA 3 - RESULTADOS OBTIDOS PARA A EQUAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

	Período Janeiro/2001 a Dezembro/2002		
	Constante	T	Y_{t-1}
Coefficiente	22.95	0.0166	-0.2733
P-Value	0,0003*	0,0076	0,1569
		*	
Desvio padrão	3.405	0,0057	0,1875
Observações	23		
R^2	0,24		
Estatística H	1,4422		

FONTE: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

- * Aceita ao nível de significância de 1%

Os dados da tabela 5 demonstram que houve tendência de crescimento na arrecadação de IPI anterior a 1994 em média de 0,03% ao mês. Para o período posterior a 1994, houve tendência de crescimento em média de 0,581% ao mês. Verifica-se que as indústrias continuaram com os recolhimentos do tributo federal em níveis crescentes, portanto demonstrando indícios de crescimento da produção industrial, principalmente no segundo período.

TABELA 4 - RESULTADOS OBTIDOS PARA A EQUAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE IPI PARA A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ()**

	Período Janeiro/81 a Dezembro/93			Período Janeiro/94 a Maio/98		
	Constante	T	Y_{t-1}	Constante	T	Y_{t-1}
Coeficiente	7,4310	0,0003	0,5920	0,5410	0,0050	0,9587
P-Value	0,0000*	0,3530	0,0000*	0,2960	0,2800	0,0000*
Desvio padrão	1,1880	0,0003	0,0652	0,5161	0,0046	0,0243
Observações	155			52		
R^2	0,1217			0,9711		
RHO	-0,4463			0,01561		
Estatística H	-1,40			-0,15		

FONTE: IPARDES - Sistema Estadual de Informações

Aceita ao nível de significância de * 1%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra fiscal é uma estratégia de incentivos que visa à atração de novos investimentos para estados menos desenvolvidos. Ela tem sido utilizada por quase a totalidade das unidades federativas. Em um primeiro momento, poder-se-ia concluir que os resultados seriam benéficos para a população do Estado que concede os benefícios. Porém, ela tem provocado distorções no sistema tributário. A anistia tributária por ela induzida faz com que estados e municípios se tornem cada vez mais dependentes de recursos transferidos pelo governo central, levando a uma redução da base tributária do país como um todo. Isto indica que poderá haver no futuro: a) aumento dos tributos para os que não gozam das isenções, a fim de fazer frente às despesas governamentais; b) redução na oferta dos bens públicos. A primeira hipótese afetaria diretamente a classe média e a segunda, a classe mais pobre do país.

Uma vez decretada a disputa por investimentos entre os estados que tenham benefícios fiscais atrelados a estes, os menos desenvolvidos se vêem na obrigação de fazer parte do processo, pois necessitam atrair para seu território empresas, com a finalidade de gerar emprego e renda.

A partir de 1994, o país passou a receber grande volume de investimentos, principalmente externos, em função da estabilidade econômica. Os dados demonstraram que houve no Estado do Paraná uma variação positiva na tendência de

crescimento do consumo de energia, passando de 0,05% para 0,17% ao mês. Isto parece ser suficiente para afirmar que o Estado desencadeara um período de crescimento significativo no seu parque industrial. Portanto, a hipótese de que as empresas migravam para este Estado, até 1994, em função principalmente das condições favoráveis para implantação de novos investimentos pode ser confirmada pelo comportamento do consumo de energia elétrica anterior a 1994. Tais condições seriam: possuir localização estratégica junto ao bloco do Mercosul; ser grande produtor agrícola (insumos para algumas empresas) e grande gerador de energia; ter grande estoque de água potável (insumos básicos para algumas das indústrias), uma malha rodoviária e ferroviária de boa qualidade, boa estrutura portuária, mão-de-obra em abundância e com bom nível de educação formal e técnica, e políticas sindicais brandas.

A arrecadação do IPI revela uma situação semelhante, saindo no primeiro período de uma tendência de crescimento basicamente insignificante para uma tendência de crescimento de 0,5% ao mês no segundo período, o que fortalece a hipótese de crescimento da produção industrial.

No período anterior a 1994, os resultados referentes à arrecadação do ICMS do setor industrial demonstraram tendência de queda de 0,05% ao mês, e um aumento significativo nesta tendência para o período seguinte (1994/2000), de 0,56% ao mês, o que deixou claro a perda de arrecadação no período pós-eclosão da “guerra”, ou seja no curto prazo. No longo prazo (2001/2002) os dados demonstram uma inversão significativa passando para uma tendência de crescimento. Porém não é possível afirmar que tal comportamento tenha se dado exclusivamente pelo início do recolhimento do ICMS de algumas empresas que foram beneficiadas com a postergação, uma vez que o governo paranaense elevou em 2002 as alíquotas do ICMS em média de 17% para 18%. Mas é verdade que algumas empresas iniciam o recolhimento neste período, e que indiscutivelmente aumentam a base tributária. Sabe-se que a vida útil de uma planta industrial normalmente não ultrapassa 10 a 15 anos, em função das constantes inovações tecnológicas. Quando essas empresas estiverem com seus prazos de prorrogação de recolhimento do ICMS vencidos, suas plantas estarão sucateadas. Tal fato não deixa certeza de que essas empresas continuarão investindo no Estado ou se promoverão outro leilão e deslocarão sua planta para o Estado que oferecer melhores condições tributárias, antes mesmo do estado recuperar os recursos investidos via incentivos fiscais, financeiros, e de infra estrutura.

O que parece evidente é que proporcionar o desenvolvimento regional via desarmonia tributária entre os entes federados não é a melhor opção. É necessária uma política nacional de desenvolvimento para os estados mais pobres da federação, e uma reforma tributária que coloque um fim a desarmonia fiscal entre os estados da União.

Também não se pode concluir que para o Estado do Paraná seria melhor não ter participado da guerra fiscal. Se tal fato houvesse ocorrido, os dados provavelmente estariam demonstrando situação pior, e as perspectivas para o futuro não seriam de possibilidades no crescimento da arrecadação. O que parece ser claro é que, se a guerra fiscal não estivesse se instalado no país, o Paraná estaria em uma situação tributária menos incerta que a atual, e com investimentos crescentes em função da estrutura oferecida pelo Estado aos investidores. Mas, uma vez decretada a disputa, a única opção foi participar dela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Políticas estaduais de apoio à indústria**. Rio de Janeiro: CNI, 1998.

FERREIRA, Sérgio G. Guerra fiscal: competição tributária ou corrida ao fundo do tacho? **Informe-se**, Rio de Janeiro: BNDES, n.4, jan. 2000. Disponível em: <http://www.federativo.bndes.gov.br/f_informes.htm>. Acesso em: 2001.

LENGRUBER, Andréa. **A competição tributária em economias federativas**: aspectos teóricos, constatações empíricas e uma análise do caso brasileiro. Brasília, 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, Luiz G. Federalismo e guerra fiscal. **Pesquisa & Debate**, São Paulo: PUC-SP, v.10, n.2, p.110-138, 1999.

PRADO, Sergio; CAVALCANTI, E. G. Carlos. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: FUNDAP; FAPESP; Brasília: IPEA, 2000. (Federalismo no Brasil)

SAPIENZA, Vitor et al. **Guerra fiscal**: com ela todos perdem. 2.ed. São Paulo: Sinafresp/Afresp, 1998.